



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019.

Histórico de Revisões

| Data | Versão | Descrição | Autor |
|------------|--------|--|---------------------------------------|
| 01/12/2022 | 1.0 | Finalização da primeira versão do documento. | Equipe de Planejamento da Contratação |
| 01/02/2023 | 2.0 | Revisão do documento. | Equipe de Planejamento da Contratação |
| 28/02/2023 | 3.0 | Finalização da segunda versão do documento pós parecer da Procuradoria | Equipe de Planejamento da Contratação |

SUMÁRIO

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1 Bens e serviços que compõem a solução

3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

3.3. Estimativa da demanda

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

4 – ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.2. Requisitos de Capacitação

4.3. Requisitos Legais

4.4. Requisitos Temporais

4.5. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.8. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9. Requisitos de Implantação

4.10. Requisitos de Garantia e Manutenção

4.11. Requisitos de Formação da Equipe

4.12. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.13. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.14. Outros Requisitos Aplicáveis

5 – RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.3. Ordem de Serviço/Fornecimento de Bens

6.3. Mecanismos formais de comunicação

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critérios de Aceitação

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.5. Do Pagamento

8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS (quando aplicável)

12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

12.2 Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

12.3 Critérios de Aceitabilidade de Preços

12.4 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

13 – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14 – DA SUBCONTRATAÇÃO

15 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

16 - INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA OS SEGUINTE APÊNDICES:

16.1. Apêndice “A” - Requisitos Técnicos da Solução;

16.2. Apêndice “B” - Proposta de Preços;

16.3. Apêndice “C” - Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

16.4. Apêndice “D” - Declaração de Ciência e Consentimento Quanto ao Cumprimento da Lei de Geral de Proteção de Dados - LEI nº 13.709/2018 - LGDP;

16.5. Apêndice “E” - Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB);

16.6. Apêndice “F” - Termo de Recebimento Provisório;

16.7. Apêndice “G” - Termo de Recebimento Definitivo;

16.8. Apêndice “H” - Termo de Confidencialidade da Informação;

16.9. Apêndice “I” - Termo de Ciência;

16.10. Apêndice “J” - Termo de Encerramento do Contrato.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa especializada em solução de envio de mensagens eletrônicas registradas.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. Bens e serviços que compõem a solução

2.1.1. O detalhamento técnico da solução encontra-se descrito no **APÊNDICE “A”** deste Termo de Referência, e os serviços que compõem a solução estão descritos na Tabela abaixo:

| Id. | Descrição do Bem ou Serviço | Código CATMAT/CATSER | Quantidade | Métrica ou Unidade |
|-----|--|----------------------|------------|--------------------|
| 1 | Envio de mensagens eletrônicas registradas | 27588 | 30.000 | unidade |

2.1.2. Trata-se de solução tecnológica, agregada ao serviço de mensageria, com prestação de serviços em tramitação de mensagens eletrônicas (e-mails) registradas que garantam a emissão de prova de envio, autoria, conteúdo, data/hora e recebimento das mensagens, utilizando sistemas e métodos patenteados para a verificação de entrega e integridade das mensagens transmitidas.

2.1.3. A solução a ser contratada deve atender às seguintes necessidades de negócio:

2.1.3.1. Serviços em tramitação de mensagens eletrônicas (e-mails) registradas;

2.1.3.2. Fornecer prova de envio e da entrega do e-mail sem requerer nenhuma ação por parte do destinatário;

2.1.3.3. Comprovar envio, recebimento pelo servidor do destinatário, caixa postal do destinatário e abertura pelo destinatário do documento enviado;

2.1.3.4. Provar o conteúdo da mensagem e de arquivos anexos, sem armazenar cópias dos e-mails em locais externos;

2.1.3.5. Fornecer prova da hora oficial do envio e do recebimento da mensagem;

2.1.3.6. Provar o conteúdo original e a autoria da mensagem para qualquer destinatário futuro da mensagem, com a assinatura eletrônica do remetente;

2.1.3.7. Nenhum software adicional deve ser necessário no destinatário;

2.1.3.8. Possibilitar integração com o ambiente de Correio Eletrônico em utilização pela ANTT;

2.1.3.9. Permitir integração via API's com os sistemas da ANTT.

2.1.4. Todos os softwares necessários à prestação dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada, bem como a sua adequação para os padrões e funcionalidades requeridos pela ANTT;

2.1.5. A solução deve fornecer prova da hora oficial do envio e do recebimento da mensagem, utilizando para tal o Relógio Atômico.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. A solução requerida visa oferecer comunicação eletrônica adicionada de características técnicas que assegurem, com as devidas comprovações, o envio e recebimento de e-mail e seus respectivos anexos (incluindo data e hora da postagem e recebimento fornecidos por entidades competentes), bem como garantir a certificação de autoria e sua originalidade.

3.1.2. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na execução de diversas de suas atribuições, necessita se comunicar com os entes regulados através de correspondência com aviso de recebimento (AR).

3.1.3. Uma alternativa, com validade legal, é a utilização do E-mail Registrado. O E-mail Registrado oferece comprovação para os cinco componentes críticos de uma mensagem eletrônica: autoria, conteúdo, data e hora, envio e recebimento. Ele permite provar que uma mensagem foi enviada, a data e a hora em que o envio foi feito, o conteúdo e os arquivos anexados ao e-mail e quando foi recebida e lida pelo destinatário daquela mensagem.

3.1.4. A contratação de solução de E-Mail Registrado, consiste em instrumento fundamental para o desempenho eficaz para as atividades das Superintendências da ANTT, já que cotidianamente encaminham grandes volumes de documentos às diversas empresas autorizadas pela Agência. A solução contribuirá para a manutenção da prestação das atividades desempenhadas com a qualidade e presteza exigidas, respeitando-se o interesse público.

3.1.5. O E-mail Registrado possui baixo custo e permite maior velocidade no andamento processual em relação ao envio de documentos via Correios, configurando-se, portanto, em alternativa vantajosa para a administração.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

3.2.1. A pretensa contratação encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT - PDTIC 2021-2024, ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI, de acordo com o Mapa Estratégico da ANTT 2020-2030, e ao Plano Anual de Contratações - PAC 2023, conforme tabela abaixo:

| Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI | | | |
|--|---|---|--|
| Planejamento Estratégico ANTT - 2020-2030 | | | |
| ID | Objetivo Estratégico | | |
| PR2 | Aprimorar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações internas e externas | | |
| Alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC | | | |
| Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2021-2024 | | | |
| ID | NECESSIDADE | | |
| N3 | Garantir disponibilidade de dados e informações estratégicas | | |
| N6 | Incrementar soluções orientadas a serviço | | |
| ID | Ação do PDTIC | ID | Meta do PDTIC associada |
| PR2 | Aprimorar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações internas e externas | - | Garantir disponibilidade de dados e informações estratégicas |
| Alinhamento ao Plano Anual de Contratações - PAC | | | |
| Item no PAC | Descrição | Aprovação | |
| I.8 | Serviços de envio de mensagens eletrônicas registradas | Deliberação nº 379 de 12 de dezembro de 2022. | |
| Alinhamento à Estratégia de Governo Digital | | | |
| Guarda alinhamento à EGD | | | |
| Integração à Plataforma de Cidadania Digital | | | |
| Guarda alinhamento à Plataforma. | | | |

3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. A estimativa da demanda foi baseada na quantidade de mensagens identificadas nos relatórios de pagamentos consolidados referente aos períodos de julho de 2021 a agosto de 2022 do contrato 05/2018 TA-04, e também nas informações prestadas junto ao OFÍCIO SEI Nº 31475/2022/GESIN/SUTEC/DIR-ANTT, de 17/10/2022 (processo SEI 50500.213704/2022-00), o qual consulta as unidades destinatárias quanto a necessidade de manter o serviço de envio de mensagens eletrônicas registradas que garantam a emissão de prova de envio - recibo de confirmação do e-mail.

3.3.2. No quadro abaixo estão indicadas as quantidades mensais e anuais que as Diretorias, Superintendências, Gerências e Coordenações informaram como sendo necessários para consumir no próximo período contratual.

| Envio de mensagens eletrônicas registrada | | | | |
|---|--|---|----------------------------------|--------|
| Diretorias superintendências | Gerências Coordenações | Consumo registrado no último ano (julho 2021 a agosto 2022) | Estimativa para próximo contrato | |
| | | | mensal | anual |
| DIRETORIA GERAL | GAB-DG | 635 | 100 | 1.200 |
| SUFIS | CGPAS | 372 | 25 | 300 |
| | GEFIS | 31 | | |
| | CPLAN | 0 | 25 | 300 |
| SUDEG | CGEAC | 18 | 60 | 720 |
| | GEAUT | 178 | | |
| | GELIC | 54 | 10 | 120 |
| | COAPS | 82 | 60 | 720 |
| CORREGEDORIA | | 8 | 2 | 24 |
| SUOD | | 10.763 | 1.250 | 15.000 |
| SUPAS | GEEST | 423 | 82 | 984 |
| | GEOPE | 870 | 61 | 732 |
| | COGEF | 452 | 22 | 264 |
| | GEMON | 2.232 | 27 | 324 |
| | COANP | 0 | * | |
| | COARP | 0 | * | |
| | | 0 | 38 | 456 |
| SUTEC | GESIN desenvolvimento | 239 | * | |
| SUROC | | 0 | * | |
| SUESP | GESPE | 0 | 10 | 120 |
| | COLEP | 0 | 20 | 240 |
| | COPEP | 0 | 20 | 240 |
| | COMOV | 0 | 20 | 240 |
| | COPAG | 0 | 20 | 240 |
| | CDPES | 0 | 300 | 3.600 |
| SUCON | GEMEF | 0 | * | |
| | GEREG | 0 | * | |
| | GINOP | 0 | * | |
| SUFER | GEPEF | 0 | * | |
| | GEFEF | 0 | * | |
| | GEREF | 0 | * | |
| | GECOF | 0 | * | |
| TOTAL | | 16.357 | 2.152 | 25.824 |
| * Não tem interesse | | | | |
| Item | Descrição | Métrica | Quantidade | |
| 1 | Solução envio de mensagens eletrônicas registradas | Unidade | 30.000 | |

3.3.3. Vale destacar que não há garantia de consumo mínimo e que será faturado mensalmente somente o quantitativo de mensagens registradas e efetivamente enviadas.

3.3.4. Visando melhor adequação aos objetivos das unidades organizacionais, bem como a expectativa de atender futuras demandas junto às Superintendências, Gerências e Coordenações da ANTT, a equipe de planejamento da contratação decidiu ajustar a volumetria de consumo de mensagens eletrônicas registradas para 30.000 (trinta mil) unidades.

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. Trata-se de contratação de empresa especializada em serviço de envio e recebimento de mensagens registradas composta de apenas 1 (um) item, por este motivo o parcelamento não se aplica.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- 3.5.1. O Serviço de mensagem eletrônica registrada fornece todas as evidências técnicas legais no que se refere a sua autoria, conteúdo e cronologia do envio, entrega e tomada de conhecimento pelo destinatário;
- 3.5.2. Contém assinaturas digitais pelo padrão ICP-Brasil que garantem a integridade e inviolabilidade do seu conteúdo e cronologia do envio;
- 3.5.3. Possui o mesmo valor de uma notificação judicial ou uma carta registrada;
- 3.5.4. O remetente será notificado automaticamente quando o destinatário ler a sua mensagem e/ou acessar seus anexos;
- 3.5.5. Redução de custos, no mínimo 50% de redução se compararmos aos custos de envio de uma notificação protocolada em papel (carta registrada/AR);
- 3.5.6. Agilidade e rapidez no envio e na constatação da entrega e leitura das mensagens.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

- 4.1.1. Obter recibos de envio, entrega e abertura de e-mails. Todos os recibos deverão conter informações de identificação da mensagem de origem, data e hora dos eventos, inclusive em caso de não entrega, contendo os motivos;
- 4.1.2. A solução não poderá reter cópia dos documentos eletrônicos, de modo que seja mantida a confidencialidade e a privacidade dos documentos;
- 4.1.3. O acesso ao serviço deverá possuir a facilidade de acesso via WEB, independentemente do programa ou a versão do programa navegador;
- 4.1.4. A solução deve possibilitar o acesso aos recibos por meio de Web Services e enviar os recibos para uma caixa de e-mail configurada pelo remetente.

4.2. Requisitos de Capacitação

- 4.2.1. A solução deve estar acompanhada de sua documentação técnica completa e atualizada, preferencialmente, no idioma português-Brasil, compreendendo manuais, guias de instalação e outros pertinentes.
- 4.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer esclarecimentos acerca do funcionamento e aspectos técnicos da solução à Equipe de Fiscalização e ao Gestor do Contrato.

4.3. Requisitos Legais

- 4.3.1. [Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019](#) - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.

4.4. Requisitos Temporais

- 4.4.1. Na forma da tabela abaixo:

| Descrição | Prazo |
|---|--|
| Reunião Inicial | Em até 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do CONTRATO. |
| Instalação e configuração da Solução de envio de mensagens eletrônicas registradas. | Em até 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do CONTRATO. |

- 4.4.2. A CONTRATADA poderá solicitar a prorrogação dos prazos acima, para novo período igual e consecutivo, desde que o faça antes do seu vencimento e devidamente justificado, e ainda, que a justificativa seja aceita pela ANTT.

4.5. Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.5.1. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES e se compromete em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido desta Agência no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal;
- 4.5.2. Deverá ser celebrado TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES entre a CONTRATADA e a AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES para garantir a segurança das informações da ANTT;
- 4.5.3. A CONTRATADA, após a assinatura do contrato, por meio de seu representante, assinará TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO em que se responsabilizará pela manutenção de sigilo e confidencialidade das informações a que possa ter acesso em decorrência da contratação;
- 4.5.4. Além do termo citado, a CONTRATADA deverá apresentar para cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objeto da contratação, TERMO DE CIÊNCIA em que seus profissionais declaram estar cientes das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade;

4.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.6.1. Empresa fornecedora do objeto deste edital deverá estar em conformidade com as disposições da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, observando o abaixo estabelecido:
- 4.6.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
- 4.6.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.6.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e;
- 4.6.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- 4.6.2. A comprovação do disposto nos subitens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

4.7. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

- 4.7.1. A solução de mensageria eletrônica deverá ser compatível e integrável à plataforma de correio eletrônico Microsoft Exchange 2016 e versões posteriores incluindo versão OnLine Microsoft 365;
- 4.7.2. A solução deverá fornecer suporte permanente às atualizações de segurança pertinentes durante toda a contratação.

4.8. Requisitos de Projeto e de Implementação

- 4.8.1. A empresa deverá estar capacitada a prestar suporte especializado na solução de envio de mensagens eletrônicas registradas fornecida, favorecendo a configuração da ferramenta no ambiente da ANTT, provendo documentação técnica do projeto de implantação, treinamento prático para equipes, suporte remoto e presencial, consultoria técnica e atualização de software quando necessário;
- 4.8.2. A contratação do objeto refere-se a serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 4.8.3. A contratação do objeto terá duração de 12 (doze) meses com a possibilidade de renovações sucessivas até o limite de 60 (sessenta) meses;
- 4.8.4. As licitantes deverão se atentar a transferência de conhecimento exigidas na implantação do objeto único, onde a CONTRATADA deverá prestar apoio remoto ou presencial em caso de necessidade, passando o conhecimento necessário à equipe da CONTRATANTE para mitigar eventuais falhas e reduzir os tempos de

parada por necessidade de deslocamento da equipe da CONTRATADA, no caso de suporte presencial de urgência;

4.8.5. A empresa deverá estar preparada a evitar, ou reduzir drasticamente, a interrupção dos serviços contratados.

4.8.6. Declaração da empresa de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.9. Requisitos de Implantação

4.9.1. A implantação da solução ocorrerá conforme especificado abaixo:

4.9.1.1. Reunião inicial entre a equipe técnica da CONTRATADA e a equipe técnica da ANTT para iniciar a implantação, instalação e configuração da solução de mensageria eletrônica, mediante calendário acordado entre as partes;

4.9.1.2. Abertura de Ordem de Serviço (OS);

4.9.1.3. Realização da instalação, configuração e testes;

4.9.1.4. Homologação da solução implantada pela Equipe de Fiscalização do Contrato.

4.9.2. Os custos relacionados à implantação da solução deverão estar inclusos nos custos referentes aos envios de mensagens registradas, não estando a CONTRATANTE obrigada a efetuar pagamento adicional.

4.9.3. A CONTRATADA deverá fornecer a documentação técnica, manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

4.9.4. Após a conclusão da implantação, a critério da ANTT deverão ser fornecidos treinamentos para capacitação de usuários finais da solução, bem como capacitação e suporte técnico para a Equipe de Fiscalização e para o Gestor do Contrato.

4.10. Requisitos de Garantia e Manutenção

4.10.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia de, no mínimo, 10 (dez) anos de guarda das chaves hashing para a autenticação futura dos documentos e respectiva autoria, provando a originalidade e autenticidade de conteúdo – inclusive seus anexos enviados e recebidos.

4.10.2. A CONTRATADA deverá garantir durante a vigência do contrato a manutenção da versão mais atual do software que compõe a Solução ofertada, bem como entregar as revisões dos manuais técnicos e/ou documentação da solução, sem ônus adicionais à ANTT.

4.10.3. Caso sejam detectadas falhas e irregularidades (bugs) na operacionalização do software que compõe a solução, a CONTRATADA deverá fazer a correção destes, e, em caso de inoperância, fornecer uma nova versão.

4.10.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar número de acesso 0800 (ligação gratuita) ou número local em Brasília, para atendimento em português, nos dias úteis de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial local da ANTT, exceto feriados locais e nacionais.

4.10.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema web para a abertura de chamados.

4.10.6. A CONTRATADA manterá cadastro das pessoas indicadas pela ANTT que poderão efetuar abertura de chamados no sistema web e autorizar o fechamento dos mesmos. Cada pessoa cadastrada no sistema de abertura de chamados deverá receber identificação e senha que permitam acesso seguro a este, de maneira a evitar que pessoas não autorizadas possam acionar o serviço.

4.10.7. O suporte do fabricante deve estar disponível durante toda a vigência contratual.

4.10.8. Nos casos em que os serviços forem prestados fora do horário de expediente na ANTT, que é de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h (horário de Brasília), exceto feriados nacionais, a CONTRATADA deverá realizar o atendimento das necessidades da ANTT sem custo adicional.

4.11. Requisitos de Formação da Equipe

4.11.1. A Contratada deverá prover os profissionais necessários para atender aos níveis mínimos de qualidade previstos neste Projeto Básico.

4.11.2. Os profissionais da Contratada deverão possuir os conhecimentos necessários para manter operacional todos os componentes da solução.

4.12. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.12.1. Realização de Reunião Inicial para alinhamento das expectativas.

4.12.2. Realização de Reuniões sob demanda conforme solicitação de alguma das partes.

4.12.3. Execução das etapas demandadas, quando houver necessidade, e posterior aceite/rejeição pela Equipe de Fiscalização e pelo Gestor do Contrato.

4.13. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.13.1. A CONTRATADA deverá respeitar as normas nacionais de proteção de dados e informações vigentes, sobretudo considerando a possibilidade de custódia de conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviços, observadas as seguintes diretrizes:

4.13.2. Garantia de aplicabilidade da legislação brasileira sobre os princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à segurança da informação e à proteção de dados.

4.13.3. Garantia que, em qualquer hipótese, a Administração tem a tutela absoluta sobre os conhecimentos, informações e dados produzidos pelos serviços.

4.13.4. Vedado o uso corporativo dos conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviço.

4.13.5. Possuir Plano de Continuidade, Recuperação de Desastres e Contingência de Negócio, que possa ser testado regularmente, objetivando a disponibilidade dos dados e serviços em caso de interrupção.

4.13.6. Desenvolver e colocar em prática procedimentos de respostas a incidentes relacionados com os serviços.

4.13.7. A CONTRATADA deverá seguir as normas internas de segurança da informação da ANTT, bem como suas atualizações.

4.13.8. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venham a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de aplicação de sanção e outras penalidades previstas na legislação vigente, independente da classificação de sigilo conferida pela ANTT a tais documentos.

4.13.9. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da ANTT sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

4.13.10. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que a estrutura computacional disponibilizada pela ANTT não poderá ser utilizada para fins particulares, e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da ANTT ou acessadas a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas.

4.13.11. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na ANTT.

4.14. Outros Requisitos Aplicáveis

4.14.1. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e ANTT, inexistindo qualquer relação entre as partes que possa caracterizar pessoalidade e subordinação direta, assim como não há dedicação de mão de obra exclusiva.

5. RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos.

- 5.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 5.1.3. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.
- 5.1.4. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 5.1.5. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando aplicável.
- 5.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- 5.1.8. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo.
- 5.1.9. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, devendo a correção ser efetuada em até 7 (sete) dias úteis.
- 5.1.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA.
- 5.2. **Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**
- 5.2.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato.
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato inerentes à execução do objeto contratual.
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.
- 5.2.4. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto contratado de responsabilidade da contratada, sem ônus adicionais para a ANTT.
- 5.2.5. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.
- 5.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- 5.2.7. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC.
- 5.2.8. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.
- 5.2.9. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 5.2.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato sem prévia autorização da contratante.
- 5.2.11. Manter e guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato.
- 5.2.12. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.
- 5.2.13. Paralisar, por determinação da ANTT, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 5.2.14. Submeter previamente, por escrito, à ANTT, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
- 5.2.15. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 5.2.16. Manter durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

- 6.1.1. Reunião inicial entre a equipe técnica da CONTRATADA e a equipe técnica da ANTT para iniciar a implantação, instalação e configuração da solução de mensageria eletrônica, mediante calendário acordado entre as partes
- 6.1.2. A instalação, configuração e testes
- 6.1.3. A manutenção da solução, com a atualização dos softwares e garantia do perfeito funcionamento, mediante disponibilização das versões mais atuais à ANTT e com vigência após aceite definitivo pela ANTT
- 6.1.4. Suporte Técnico aos servidores da ANTT responsáveis pela supervisão e divulgação dos serviços
- 6.1.5. A partir da emissão da Nota de Empenho, Assinatura do Instrumento Contratual e a emissão da Ordem de Serviço, a Contratada terá o prazo de 10 (dez) dias para informar a equipe técnica da ANTT o procedimento de instalação do sistema e abertura de chamados técnicos relacionados produto. A Contratada deverá possuir total domínio, conhecimento técnico e operacional do objeto;
- 6.1.6. A execução do contrato será sempre precedida de Ordem de Serviço (OS).
- 6.1.7. Durante o período de vigência contratual, a CONTRATADA deverá entregar as revisões dos manuais técnicos e/ou documentação da solução, sem ônus adicionais a ANTT.
- 6.1.8. Para todos os bens e/ou serviços, somente após emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO e autorização formal de emissão da Nota Fiscal pelo Gestor do Contrato, a ANTT efetuará o pagamento de acordo com o item CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.
- 6.1.9. A execução dos serviços será iniciada considerando dispostos acima, sem prejuízo de qualquer vantagem oferecida pelo fabricante da solução.

6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

- 6.2.1. A totalidade dos serviços pretendidos neste processo de contratação será de até 30.000 (trinta mil) mensagens registradas, conforme especificado no subitem 3.3 deste Termo de Referência.

6.3. Ordem de Serviço/Fornecimento de Bens

- 6.3.1. A execução dos serviços será realizada mediante a abertura de Ordem de Serviço (OS) e autorização do Gestor do Contrato;
- 6.3.2. Após aprovação das demandas, o Gestor do Contrato encaminhará a OS para a CONTRATADA, bem como as informações necessárias para sua execução;
- 6.3.3. Cada demanda deverá ser executada atendendo as especificações e condições constantes deste Termo de Referência e melhores práticas, além das que constarem da OS;

6.3.4. Ao término de cada mês de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá enviar relatório com o detalhamento do quantitativo efetivamente utilizado para ateste do fiscal do contrato. A nota fiscal deverá ser emitida considerando a volumetria efetivamente utilizada.

6.4. Mecanismos formais de comunicação

6.4.1. A comunicação entre a ANTT e a CONTRATADA, para fins de encaminhamento ocorrerá sempre via Preposto, ou seu substituto, designado pela CONTRATADA.

6.4.2. São instrumentos formais de comunicação entre a ANTT e a CONTRATADA:

- a) Termos de Recebimento;
- b) Ofícios;
- c) Relatórios e Atas de Reunião;
- d) E-mail institucional/corporativo;
- e) Ferramenta Microsoft Teams ou similar em uso pela ANTT;
- f) Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://portal.antt.gov.br/sei>);
- g) Demais Termos previstos no instrumento convocatório.

6.5. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.5.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.5.2. A CONTRATADA deverá fornecer o **Termo de Confidencialidade da Informação** (Apêndice "H" do documento SEI nº 14753552), contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na ANTT, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência** (Apêndice "I" do documento SEI nº 14753552), a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação.

6.6. Do local de entrega

6.6.1. Os produtos serão entregues e/ou os serviços serão executados nos locais e endereços descritos nas OS e/ou OFBs, respeitadas as seguintes localidades:

| SIGLA | ÓRGÃO |
|-------------|---|
| ANTT | Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT |
| BRASÍLIA/DF | Sector de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF, CEP: 70200-003 |

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critérios de aceitação

7.1.1. Os requisitos mínimos de aceitação do objeto estão no Item 4 deste Termo de Referência.

7.1.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

7.1.3. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

7.1.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico do contrato, conforme inciso I, art. 33 da IN SGD/ME nº 1/2019, podendo ainda ser realizado por fiscal setorial ou por equipe de fiscalização designada, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

7.1.4.1. A ANTT realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessários.

7.1.4.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

7.1.4.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.4.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

7.1.4.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor e Fiscal Requisitante do Contrato para recebimento definitivo.

7.1.4.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.1.4.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

7.1.5. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Fiscal Requisitante e o Fiscal Técnico do Contrato deverão providenciar o recebimento definitivo, conforme inciso VIII, art. 33 da IN SGD/ME nº 1/2019, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.1.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções; e

7.1.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.1.6. O Gestor do Contrato, com base nas informações produzidas a partir do Termo de Recebimento Definitivo confeccionado pelos Fiscais Requisitante e Técnico do Contrato, comunicará a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), Níveis Mínimos de Serviço (NMS), Indicadores de Medição e Resultados, ou instrumentos equivalentes.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.1.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de até 7 (sete) dias úteis, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.2.1. A ANTT, por meio de representantes nomeados, fiscalizará a execução do contrato, não importando essa fiscalização em redução ou supressão da responsabilidade da CONTRATADA por eventual erro, falha ou omissão, exceto se decorrentes de determinações emanadas da ANTT, das quais a CONTRATADA tenha discordado por escrito.

7.2.2. Para isso, a ANTT registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando notificações à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

7.2.3. A Equipe de Fiscalização do Contrato validará a integração da solução com ambiente de Correio Eletrônico em utilização pela ANTT e fará as inspeções necessárias referentes à contratação de suporte especializado, de forma a garantir o cumprimento do serviço prestado.

7.2.4. Objetivando assegurar à ANTT eficiente coordenação, a CONTRATADA obriga-se a indicar um representante e seu substituto eventual, para responder, perante à ANTT pelo gerenciamento técnico e operacional do contrato, até o total cumprimento das obrigações assumidas.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.3.1. Os níveis de serviço acordados e os descontos em favor da ANTT pelo respectivo descumprimento encontram-se definidos na tabela a seguir.

| IDS – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO | | |
|---|---|--|
| Tópico | Descrição | |
| Finalidade | Medir a disponibilidade do serviço, ou seja, a quantidade de operações de envio de e-mails registrados concluídas com sucesso. | |
| Meta a cumprir | IDS >= 99 | A meta definida visa garantir o envio de 99% de e-mails registrados com sucesso. |
| Instrumento de medição | Através de caixa de e-mail utilizada para controlar especificamente todos os e-mails registrados, por controle próprio da Contratante, por relatórios e/ou planilhas encaminhados pela Contratada, e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos. | |
| Forma de acompanhamento | O acompanhamento será feito através de caixa de e-mail utilizada para controle dos e-mails registrados e também através de ferramenta web a ser disponibilizada pela contratada. | |
| Periodicidade | Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo. | |
| Mecanismo de Cálculo (métrica) | $IDS = \frac{TEE}{TTE} * 100$ <p>Onde: IDS – Indicador de disponibilidade do serviço; TEE – Tentativas de Envios Efetivados – corresponde ao total de tentativas de envios de e-mails que foram efetivados no período de execução da OS. TTE – Tentativas Totais de Envios – corresponde ao total de tentativas de envios de e-mails, com ou sem sucesso, que ocorreram no período de execução da OS.</p> | |
| Observações | Obs1: Serão considerados todos os dias do mês na contabilização do indicador. | |
| Início de Vigência | A partir da emissão da OS. | |
| Faixas de ajuste no pagamento e Sanções | Para valores do indicador IAE: A partir de 99% – Pagamento integral da OS; De 90% a 98% – Glosa de 3% sobre o valor da OS; De 80% a 89% – Glosa de 5% sobre o valor da OS; Abaixo de 80% – Será aplicada Glosa de 10% sobre o valor da OS. | |

7.3.2. Os Níveis Mínimos de Serviço são critérios para aferir e avaliar os diversos indicadores relacionados com os serviços contratados.

7.3.3. No Nível Mínimo de Serviço está definida a maneira pela qual estes fatores serão avaliados e as deduções a serem aplicadas na fatura mensal, quando o serviço prestado não alcançar o nível mínimo aceitável.

7.3.4. A aferição e a avaliação dos serviços prestados dar-se-á mensalmente pela ANTT e serão apresentadas por meio de relatório apresentado pela CONTRATADA.

7.3.5. A identificação de inconsistências entre os indicadores apresentados e os indicadores apurados pela fiscalização da ANTT configura-se como não cumprimento do Nível Mínimo de Serviço, sendo neste caso aplicadas as glosas previstas neste Termo de Referência, levando-se em consideração a dedução no pagamento da fatura estipulada na tabela de indicadores de níveis mínimos de serviço.

7.3.6. A simples aplicação de glosas por descumprimento do acordo de nível de serviço não exime a CONTRATADA de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

7.3.7. O Gestor e/ou Fiscais do Contrato acompanharão a execução dos serviços prestados junto aos recursos disponibilizados pela CONTRATADA e emitirá Parecer Técnico com as atividades desenvolvidas.

7.4. Sanções Administrativas E Procedimentos para retenção dou glosa no pagamento

7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou
- cometer fraude fiscal.

7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - **Multa de:**

- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.4.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

7.4.4. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

| TABELA 1 | |
|----------|--|
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

| TABELA 2 | | |
|------------------------------------|---|------|
| INFRAÇÃO | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia | 02 |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia | 03 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 6 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia | 01 |
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência | 02 |
| 8 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia | 01 |
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência | 03 |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato | 01 |
| 11 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

7.4.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.4.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.4.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.4.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5. Do Pagamento

7.5.1. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

7.5.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura.

7.5.2.1. Os pagamentos do objeto ocorrerão conforme demanda, mas SEM definição de valor mínimo mensal, considerando o valor por mensagem eletrônica individual (unitário) definido durante a fase de lances, até o limite do quantitativo contratado;

7.5.2.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório/definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.6.1. O prazo de validade;

7.5.6.2. A data da emissão;

7.5.6.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.6.4. O período de prestação dos serviços;

7.5.6.5. O valor a pagar; e,

7.5.6.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.5.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.5.8.1. Não produziu os resultados acordados;

7.5.8.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.5.8.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.5.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.5.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.5.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.5.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.5.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

| | | |
|----------|-------------------|--|
| I = (TX) | I = (6 / 100)/365 | I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6% |
|----------|-------------------|--|

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da contratação em tela é de **R\$ 170.950,00** (Cento e setenta mil, novecentos e cinquenta reais), para o período de 12 (doze) meses.

| Id. | Descrição do Bem ou Serviço | Quantidade | Métrica | Valor Total Máximo |
|-----|---|------------|---------|--------------------|
| 1 | Envio de mensagens eletrônicas registrada | 30.000 | Unidade | R\$ 170.950,00 |

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. Os pagamentos serão efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

| Id | Descrição | Periodicidade | Condições de Pagamento |
|----|---|---------------|---|
| 1 | Envio de mensagens eletrônicas registrada | Mensal | Relatório Mensal de acessos das requisições e mediante apresentação de NF |

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato referente ao objeto vigorará por 12 (doze) meses, contado a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do [Índice de Tecnologia da Informação \(ICTI\)](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I_0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

12.1.1. O regime da execução dos contratos é a empreitada por preço unitário, e o tipo e critério de julgamento da licitação é o de menor preço para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

12.1.2. A escolha da empreitada por preço unitário como regime da execução é justificada pelo estabelecido no art. 6º, VIII, “b”, da Lei nº 8.666/93, que define este tipo de regime quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.

12.1.3. De acordo com o Decreto nº 10.520/2002, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão de forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço.

12.1.4. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los. Caracterizando-se como “serviço comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.

12.1.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

12.2.1. Nos termos da legislação vigente, quando aplicável, conforme previsão em EDITAL, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, e nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Sendo que as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

12.2.2. Destacando-se que a aplicação desse critério e direito ocorre de forma automática no sistema compras governamentais.

12.3. Critérios de Aceitabilidade de Preços

12.3.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.3.1.1. Valor Global: R\$ 170.950,00 (cento e setenta mil, novecentos e cinquenta reais);

12.3.1.2. Valor unitário: R\$ 5,69833333, conforme doc. SEI 15205533;

12.3.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

12.3.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

12.4. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

12.4.1. Independente do cumprimento das exigências relativas à Habilitação Jurídica, Econômico-Financeira e Fiscal, a CONTRATADA deverá:

12.4.2. Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove aptidão para execução do objeto da contratação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total de licenças e horas de serviços técnicos especializados, contendo as seguintes informações:

- Identificação do órgão ou empresa emitente com nome ou razão social, CNPJ, endereço completo, nome da pessoa responsável e função no órgão ou empresa, telefone para contato;
- Indicação do CONTRATANTE de que foram atendidos os requisitos de qualidade e prazos requeridos (descrição, duração e avaliação dos resultados);
- Descrição das principais características dos serviços, comprovando que a CONTRATADA executa ou executou o objeto da contratação, considerando;

d) Data de emissão do atestado ou da certidão;

e) Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto ao órgão ou empresa emitente).

12.4.3. Os atestados de capacidade técnica, a serem elicitados para comprovação dos serviços executados, deverão referir-se a um período mínimo de 12 (doze) meses.

12.4.4. Os atestados deverão ser válidos e conter a descrição pormenorizada dos softwares, bancos de dados, sistemas operacionais, arquitetura e demais componentes utilizados.

12.4.5. Ficará a cargo da ANTT, caso julgue necessário, realizar diligências para averiguação das informações constantes dos atestados de capacidade técnica apresentados.

12.4.6. No caso de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa CONTRATADA.

12.4.7. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante empresas controladas ou controladoras da empresa licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.

12.4.8. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária espenicadas no contrato social vigente.

12.4.9. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em foram prestados os serviços.

12.4.10. A licitante deverá apresentar Declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

15.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria (SEI nº 14256295), de 09 de novembro de 2022.

15.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 1, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

16. INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA OS SEGUINTE APÊNDICES

16.1. Apêndice "A" - Requisitos Técnicos da Solução;

16.2. Apêndice "B" - Proposta de Preços;

16.3. Apêndice "C" - Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

16.4. Apêndice "D" - Declaração de Ciência e Consentimento Quanto ao Cumprimento da Lei de Geral de Proteção de Dados - LEI nº 13.709/2018 - LGPD;

16.5. Apêndice "E" - Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB);

16.6. Apêndice "F" - Termo de Recebimento Provisório;

16.7. Apêndice "G" - Termo de Recebimento Definitivo;

16.8. Apêndice "H" - Termo de Confidencialidade da Informação;

16.9. Apêndice "I" - Termo de Ciência;

16.10. Apêndice "J" - Termo de Encerramento do Contrato.

(assinado eletronicamente)
Integrante Requisitante
MARCO TÚLIO VASCONCELOS
Gerente
1732431

(assinado eletronicamente)
Integrante Técnico
ANDRÉ BOTIN NASCIMENTO
Coordenador
2072799

(assinado eletronicamente)
Integrante Administrativo
THIAGO REIS VICTORINO
1338476

APROVO o PROJETO BÁSICO, e encaminha-se à **Superintendência de Gestão - SUDEG**, autoridade competente da Área Administrativa, com competência para planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas aos processos de contratação, conforme inciso III, art. 2º, da IN SGD/ME nº 01/2019, e submeter o Projeto Básico à **autoridade competente** para a aprovação motivada, no caso, o **Diretor Geral da ANTT**, nos termos do art. 12, § 6º, do referido regramento.

(assinado eletronicamente)
DIOGO DA FONSECA TABALIPA
Superintendente de Tecnologia da Informação
SUTEC/ANTT

----- FIM DO TERMO DE REFERÊNCIA -----



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ BOTIN NASCIMENTO**, Integrante Técnico, em 10/03/2023, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO TULIO DE VASCONCELOS, Integrante Requisitante**, em 10/03/2023, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DA FONSECA TABALIPA, Superintendente**, em 10/03/2023, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15685899** e o código CRC **52DC1934**.

APÊNDICE “A”

REQUISITOS TÉCNICOS DA SOLUÇÃO

1. O E-Mail Registrado deverá prover prova legal e verificável para o remetente, de qualquer mensagem enviada, a qualquer destinatário, em qualquer lugar do mundo – independente do software dos destinatários, independentemente de suas configurações, e sem requerer nenhuma resposta, ou ação, por parte do destinatário. Em todos os sentidos, o envio de uma mensagem de E-mail Registrado deverá ser análogo ao envio de uma correspondência (física) registrada.
2. As horas registradas pelo E-Mail Registrado deverão ser fornecidas por um sistema que deverá estar ligado ao Relógio Atômico, que provê um horário uniforme. Este sistema possui um mecanismo capaz de detectar e evitar adulterações.
3. Deverá ser provida solução integral para a ANTT sem a necessidade de investimentos adicionais na infraestrutura de rede.
4. Deverá ser entregue toda a documentação referente à solução proposta para futuras manutenções/adaptações. Os serviços de manutenção, suporte técnico e atualização deverão estar inclusos nos custos de envios dos e-mails e deverão ser prestados durante toda vigência contratual, inclusive nas prorrogações.
5. A solução ofertada deverá comprovar, no mínimo, 4 (quatro) fases do serviço: envio, recebimento pelo servidor do destinatário, caixa postal do destinatário e abertura pelo destinatário do documento enviado.
6. A solução ofertada deverá prover suporte à certificação digital para assinatura digital e criptografia de conteúdo.
7. Deverá ser comprovada a capacidade de autenticação futura (por período mínimo de 10 anos) dos documentos e respectiva autoria, provando a originalidade e autenticidade do conteúdo - inclusive seus anexos enviados e recebidos, sem qualquer custo adicional.
8. A solução deve permitir a conversão automática e a entrega dos documentos anexados aos e-mails e/ou ofício em formato PDF.
9. A solução deve fornecer prova de data/hora de envio e entrega baseada em registros coletados em centros especializados e acreditados (time stamp), nacional ou internacional.
10. A solução deve possuir suporte à utilização de chave de 128 bytes para garantia de autenticidade de conteúdo (hashing).
11. A solução deve possuir suporte à criptografia para os e-mails, ofícios e também arquivos anexados com chaves próprias do autor.
12. A solução deve comprovar a entrega (recibo) sem requerer qualquer ação do

destinatário/recebedor (não repúdio).

13. A solução deve permitir a conversão e entrega dos documentos anexados aos e-mails e/ou ofício em formato ZIP.
14. Os documentos comprobatórios (recibos) deverão conter a trilha do caminho eletronicamente percorrido pelo documento enviado, inclusive o endereço IP da máquina em que foi aberto o e-mail de forma a permitir auditoria e verificações posteriores.
15. A solução deve permitir o envio de um único documento a múltiplos destinatários, sendo que os recibos de envio e entrega deverão estar consolidados em um único documento de retorno (AR Digital).
16. A solução deve permitir a limpeza dos 'metadados' dos arquivos anexados, de modo a proteger informações internas.
17. Os comprovantes de envio de e-mails deverão ter como idioma principal a língua portuguesa, sendo possível a mudança para outros idiomas em caso de correspondência internacional.
18. A solução deve possuir a opção por receber os comprovantes (recibos) retornados do destinatário também "registrados", sem a necessidade de aquisição/contratação do serviço por parte do destinatário.
19. A solução deve possibilitar a implantação do selo digital da ANTT nos serviços de e-mails registrados.
20. A solução deve possuir capacidade automática de salvar os recibos em pastas pré-definidas, de modo a facilitar a busca e a recuperação dos mesmos.
21. A solução não poderá reter cópia dos documentos eletrônicos, de modo que seja mantida a confidencialidade e a privacidade dos documentos.
22. O acesso ao serviço deverá possuir a facilidade de acesso via WEB, independentemente do programa ou a versão do programa navegador.
23. Deverá ser disponibilizada ferramenta Web que funcione nos principais navegadores e que possibilite à ANTT fazer a gestão das contas internas autorizadas a enviar e-mail registrado.
24. A ferramenta Web também deverá ter recursos (painéis, relatórios) que possibilitem o acompanhamento pela ANTT, a qualquer momento, dos e-mails enviados, bem como a verificação das informações referentes às fases do serviço.
25. A ferramenta deverá possuir – de forma nativa e integrada – funcionalidade que permita o envio de arquivos entre 3 e 200 MegaBytes de tamanho, de forma transparente ao usuário final e de forma a não onerar os circuitos de transmissão de dados quer sejam da ANTT quer sejam do destinatário da mensagem com arquivo. Tal funcionalidade deve implementar protocolo específico de transmissão de arquivos grandes – SFTP – e manter íntegras as demais funcionalidades da plataforma.
26. A solução deve operar com todas as funcionalidades, independentemente do sistema

operacional, do programa de correio eletrônico do destinatário e sem a necessidade de utilização de qualquer software adicional por este.

27. A solução deverá possibilitar integração com o ambiente de Correio Eletrônico em utilização pela ANTT, suportando nativamente todas as suas funções, sendo possível o envio de e-mails registrados a partir das caixas de correio eletrônico da Agência.

28. A solução deverá ser implantada sem que haja interferência no desempenho e segurança da rede de comunicação da ANTT.

29. Todos os softwares necessários à prestação dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada, bem como a sua adequação para os padrões e funcionalidades requeridos pela ANTT.

30. Todos os softwares necessários à prestação do serviço deverão estar com suas versões atualizadas e disponíveis para a ANTT pela empresa contratada em até 30 (trinta) dias corridos, a partir do lançamento oficial da nova versão.

31. A solução deve fornecer prova da hora oficial do envio e do recebimento da mensagem, utilizando para tal o Relógio Atômico.

----- FIM DO APÊNDICE "A" -----

APÊNDICE “B”**PROPOSTA DE PREÇOS**

(em papel timbrado da empresa)

MODELO

À

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**Superintendência de Gestão – SUDEG / Gerência de Licitações e Contratos - GELIC****Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8****70200-003 - Brasília, DF****Referência:** Pregão Eletrônico SRP nº ____/____.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, para prestação de Serviços de envio de mensagens eletrônicas registradas para atender às necessidades da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, de acordo com as especificações e condições constantes do Pregão em referência, bem como do respectivo Edital e seus Anexos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

| Lote | Item | Descrição | Métrica | Quantidade | Período de Garantia | Valor Unit. (R\$) | Valor Total (R\$) |
|--------------------------|------|--|---------|------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| 1 | 1 | Envio de mensagens eletrônicas registradas | Unidade | 30.000 | | | |
| VALOR TOTAL (R\$) | | | | | | | |

1) Dados da Proposta:

Valor Total: R\$ _____ (VALOR POR EXTENSO).

SOFTWARE: (deverá ser informado, **obrigatoriamente**, o detalhamento dos softwares a serem fornecidos, quando for o caso, acompanhados dos respectivos *datasheets*)

Nome do Software: _____ Versão: _____

Nome do Fabricante: _____

Procedência: 1. Nacional [] 2. Importado: []

Sítio na WEB do Fabricante: _____

Responsável: _____ Telefone Contato: _____

HARDWARE: (deverá ser informado, **obrigatoriamente**, o detalhamento dos hardwares a serem fornecidos, quando for o caso, acompanhados dos respectivos *datasheets*)

Nome do Hardware: _____ Marca: _____ Modelo: _____

Nome do Fabricante: _____

Procedência: 1. Nacional [] 2. Importado: []

Sítio na WEB do Fabricante: _____

Responsável: _____ Telefone Contato: _____

2) Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

3) Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

4) Dados da empresa:

a) Razão Social: _____

b) CNPJ (MF) nº _____

c) Inscrição Estadual nº: _____

d) Endereço: _____

e) Telefone: _____ Fax: _____ e-mail: _____

f) Cidade: _____ Estado: _____

g) CEP: _____

h) Representante(s) legal (is) com poderes para assinar o contrato:

a. Nome: _____

b. Cargo: _____

c. CPF: _____ RG: _____ - _____

i) Dados Bancários:

a. Banco: _____

b. Agência: _____

c. Conta Corrente: _____

j) Dados para Contato:

a. Nome: _____

b. Telefone/Ramal: _____

Declaramos, para todos os fins e efeitos legais, aceitar, irrestritamente, todas as condições e exigências estabelecidas no Edital da licitação em referência e do Contrato a ser celebrado, cuja minuta constitui o Anexo “_” do Edital.

Declaramos, ainda, que inexistente qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com servidor ou dirigente da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Local e data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)
Cargo
CPF

----- FIM DO APÊNDICE “B” -----

APÊNDICE "C"**MODELO****DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
(em papel timbrado da empresa)

| | | |
|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Empresa | | |
| CNPJ | | Inscrição Estadual |
| Endereço | | |
| Cidade | | Estado |
| CEP | Telefone | E-mail institucional |
| Representante Legal | | |

DECLARO, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº __/__, instaurado pelo Processo nº _____, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade/UF, ____ de ____ de ____.

Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante da Empresa
(Nome legível)
CPF nº

----- FIM DO APÊNDICE "C" -----

MODELO**APÊNDICE “D”****DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO QUANTO AO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE
DADOS - LEI Nº 13.709/2018**

| | | | |
|--|-----------------|-----------------------------|---------------------------|
| Processo Administrativo nº | | Nº do Contrato | Data de Assinatura |
| | | | |
| Objeto | | | |
| | | | |
| Identificação da Empresa Contratada | | | |
| Nome da Empresa | | | |
| CNPJ | | Inscrição Estadual | |
| | | | |
| Endereço | | | |
| | | | |
| Cidade | | Estado | |
| | | | |
| CEP | Telefone | E-mail institucional | |
| | | | |

por meio de seu representante legal, _____, portador da Carteira de
Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob o nº _____,

DECLARA QUE:

Os eventuais dados pessoais relacionados à LICITANTE/CONTRATADA disponibilizados à ANTT para efeito de participação no presente certame e que possam ser exigidos para a execução contratual, serão tratados para finalidade específica, em conformidade com os termos do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas

decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da participação no certame e eventual execução contratual, por inobservância à LGPD.

Cidade/UF, ____ de ____ de ____.

(Nome do Diretor ou representante legal da empresa)

(Cargo)

(RG e CPF)

(Endereço)

(Endereço eletrônico e telefone)

----- FIM DO APÊNDICE “D” -----

APÊNDICE "E"

MODELO

ORDEM DE SERVIÇO (OS) OU ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS (OFB)

| | | | | | |
|--|------------------------------|----------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------------|
| Nº da Ordem de Fornecimento ou OS | Data de Emissão da OFB ou OS | Nº do Contrato | Data de Assinatura do Contrato | | |
| | | | | | |
| Área Requisitante | | Requisitante Responsável | | | |
| | | | | | |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA | | | | | |
| Nome da Empresa | | | | | |
| CNPJ | | Inscrição Estadual | | | |
| Endereço | | | | | |
| Cidade | | Estado | | | |
| CEP | Telefone | E-mail institucional | | | |
| Preposto | | | | | |
| 2. OBJETO DO CONTRATO | | | | | |
| | | | | | |
| 2.1. ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E CUSTOS ESTIMADOS | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
| | | | | | |
| | | | | | |
| VALOR TOTAL DA OFB R\$ | | | | | |
| 2.2. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES DAS ENTREGAS | | | | | |
| | | | | | |
| 2.3. PERÍODO DE EXECUÇÃO DA ENTREGA | | | | | |
| Data de Início da Entrega | ___/___/___ | Data de Término da Entrega | ___/___/___ | | |
| 2.4. CRONOGRAMA DE ENTREGA | | | | | |
| Item | Tarefa/Entrega | Início | Fim | | |
| | | ___/___/___ | ___/___/___ | | |
| | | ___/___/___ | ___/___/___ | | |

3. LOCAL DE ENTREGA DOS BENS/PRODUTOS

Na Superintendência de Tecnologia da Informação (SUTEC), Bloco “G” - 1º Subsolo, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF, CEP: 70200-003. URBA?

4. APROVAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO**Solicitação**

Solicitamos a realização do serviço acima caracterizado, nos termos constantes desta Ordem de Fornecimento de Bens, que tem por base as obrigações e responsabilidades da contratada constantes do contrato firmado, supra indicado.

(assinado eletronicamente)

<Nome do Fiscal Requisitante>

Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>

Integrante Requisitante

Autorização

Autorizo a realização do serviço acima caracterizado, nos termos constantes desta Ordem de Fornecimento de Bens, que tem por base as obrigações e responsabilidades da contratada constantes do contrato firmado, supra indicado.

(assinado eletronicamente)

<Nome do Gestor do Contrato >

Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>

Gestor do Contrato

5. CIENTE DA CONTRATADA

Declaramos nossa ciência e concordância com as condições registradas nesta Ordem de Fornecimento de Bens para execução dos serviços solicitados.

(assinado eletronicamente)

<Nome do Representante Legal da Contratada>

CPF:

Preposto da Contratada

----- FIM DO APÊNDICE “E” -----

APÊNDICE “F”

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

MODELO

1. IDENTIFICAÇÃO

| Nº do Contrato | Número da O.S. ou O.F. B | Data de Emissão |
|-----------------------------------|-----------------------------|-----------------|
| | | |
| Contratante | | |
| | | |
| Contratada | | |
| | | |
| Processo Administrativo nº | Processo Licitatório | |
| | | |
| Objeto | | |
| | | |

2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/BENS E VOLUME DE EXECUÇÃO

| Lote | Item | Descrição dos serviços/bens | Unidade | Quantidade | Valor Unit. (R\$) | Valor Total (R\$) |
|-------------------|------|-----------------------------|---------|------------|-------------------|-------------------|
| 1 | 1 | | | | | |
| | 2 | | | | | |
| | 3 | | | | | |
| VALOR TOTAL (R\$) | | | | | | |

3. RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “a”, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, de 4 de abril de 2019, alterada pela IN SGD/ME nº 31/2021, emitida pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, que os **serviços e/ou bens**, integrantes da **O.S./O.F.B** acima identificada e/ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente nesta data e serão objetos de avaliação quanto à adequação da Solução de Tecnologia da Informação e à conformidade de

qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato pela Contratante.

Para fins de recebimento destes **serviços/bens** foram entregues os seguintes documentos:

1) _____;

2) _____.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes **serviços/bens** ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, no prazo de até **15 (quinze)** dias, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**.

PELA CONTRATANTE:

(assinado eletronicamente)

<Nome do Fiscal Técnico>

Matrícula SIAPE *<Nº da matrícula>*

Fiscal Técnico

PELA CONTRATADA:

(assinado eletronicamente)

<Nome do Representante Legal da Contratada>

CPF:

Preposto da Contratada

----- FIM DO APÊNDICE "F" -----

APÊNDICE “G”

MODELO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1. IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|-----------------------------------|---------------------------------|------------------------|
| Nº do Contrato | Número da O.S. ou O.F. B | Data de Emissão |
| | | |
| Contratante | | |
| | | |
| Contratada | | |
| | | |
| Processo Administrativo nº | Processo Licitatório | |
| | | |
| Objeto | | |
| | | |

2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/BENS E VOLUME DE EXECUÇÃO

| Lote | Item | Descrição dos serviços/bens | Unidade | Quantidade | Valor Unit. (R\$) | Valor Total (R\$) |
|-------------------|------|-----------------------------|---------|------------|-------------------|-------------------|
| 1 | 1 | | | | | |
| | 2 | | | | | |
| | 3 | | | | | |
| VALOR TOTAL (R\$) | | | | | | |

3. ATESTE DE RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto na alínea “f”, inciso II, e alínea “d”, inciso III, do art. 33, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, de 4 de abril de 2019, alterada pela IN SGD/ME nº 31/2021, emitida pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, que os **serviços e/ou bens** integrantes da **O.S/O.F.B** acima identificada e/ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no

Termo de Referência do Contrato, com base no Relatório Circunstanciado elaborado pela fiscalização técnica e documentação apresentada.

4. DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

PELA CONTRATANTE:

(assinado eletronicamente)

<Nome do Fiscal Requisitante>

Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>

Integrante Requisitante

(assinado eletronicamente)

<Nome do Fiscal Técnico>

Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>

Fiscal Técnico

PELA CONTRATADA:

(assinado eletronicamente)

<Nome do Representante Legal da Contratada>

CPF:

Preposto da Contratada

As seções seguintes podem constar em documento diverso, pois dizem respeito à autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato, e a respectiva ciência do preposto quanto a esta autorização.

5. AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

Nos termos da alínea “e”, inciso I, art. 33, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, de 4 de abril de 2019, alterada pela IN SGD/ME nº 31/2021, emitida pela Secretaria de Governo Digital do Ministério

da Economia, AUTORIZA-SE a **CONTRATADA** a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à <OS/OFB>, no valor discriminado no <Termo de Recebimento Definitivo>.

(assinado eletronicamente)

<Nome do Gestor do Contrato >

Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>

Gestor do Contrato

6. CIÊNCIA

(assinado eletronicamente)

<Nome do Representante Legal da Contratada>

CPF:

Preposto da Contratada

----- FIM DO APÊNDICE "G" -----

APÊNDICE “H”**MODELO****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**

| Processo Administrativo nº | Nº do Contrato | Data de Assinatura |
|----------------------------|----------------|--------------------|
| | | |
| Objeto | | |
| | | |

A **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº **04.898.488/0001-77**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a Empresa _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente TERMO, e,

CONSIDERANDO que, em razão do atendimento à exigência do Contrato nº ____/____, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES** de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as PARTES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

Parágrafo Quarto: A **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

- I. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
- II. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
- III. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

I. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

I. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são de única e exclusiva propriedade intelectual da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

I. A **CONTRATADA** deverá devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ela fornecida, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.

II. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 5 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer

acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

TESTEMUNHAS

<Nome>
<Qualificação>
<CPF>

<Nome>
<Qualificação>
<CPF>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

----- FIM DO APÊNDICE “H” -----

APÊNDICE "I"
TERMO DE CIÊNCIA

MODELO

| | | | |
|--|-----------------|-----------------------------|---------------------------|
| Processo Administrativo nº | | Nº do Contrato | Data de Assinatura |
| | | | |
| Objeto | | | |
| | | | |
| Identificação da Empresa Contratada | | | |
| Nome da Empresa | | | |
| CNPJ | | Inscrição Estadual | |
| | | | |
| Endereço | | | |
| | | | |
| Cidade | | Estado | |
| | | | |
| CEP | Telefone | E-mail institucional | |
| | | | |

Pelo presente instrumento, eu _____, CPF nº _____, RG nº _____, expedida em _____, órgão expedidor /, prestador de serviço, ocupando o cargo de _____ na empresa _____, que firmou Contrato com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, **DECLARO**, para fins de cumprimento de obrigações contratuais e sob pena das sanções administrativas, civis e penais, que tenho pleno conhecimento de minha responsabilidade no que concerne ao sigilo que deve ser mantido sobre os assuntos tratados, as atividades desenvolvidas e as ações realizadas no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres, bem como sobre todas as informações que, por força de minha função ou eventualmente, venham a ser do meu conhecimento, comprometendo-me a guardar o sigilo necessário a que sou obrigado nos termos da legislação vigente.

DECLARO, ainda, nos termos da Política de Segurança da Informação e Comunicações da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Resolução nº 5.854, de 10 de setembro de 2019, ou outra que venha a substituí-la, estar ciente e **CONCORDO** com as condições abaixo especificadas, responsabilizando-me por:

- I. tratar o(s) ativo(s) de informação como patrimônio da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
- II. utilizar as informações em qualquer suporte sob minha custódia, exclusivamente, no

interesse do serviço da Agência Nacional de Transportes Terrestres;

III. não utilizar ou divulgar em parte ou na totalidade, as informações de propriedade ou custodiadas, sob qualquer forma de armazenamento pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, sem autorização prévia do gestor ou responsável pela informação;

IV. contribuir para assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações;

V. utilizar credenciais ou contas de acesso e os ativos de informação em conformidade com a legislação vigente e normas específicas da Agência Nacional de Transportes Terrestres;

VI. responder, perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres, pelo uso indevido das minhas credenciais ou contas de acesso e dos ativos de informação.

Cidade/UF, ____ de ____ de ____.

Nome do Funcionário

Cargo

CPF nº

Ciente:

Cidade-UF, ____ de ____ de ____.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

----- FIM DO APÊNDICE "I" -----

APÊNDICE “J”

MODELO

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

1. IDENTIFICAÇÃO

| | | | |
|--|-----------------|-----------------------------|---------------------------|
| Processo Administrativo nº | | Nº do Contrato | Data de Assinatura |
| | | | |
| Objeto | | | |
| | | | |
| Identificação da Empresa Contratada | | | |
| Nome da Empresa | | | |
| CNPJ | | Inscrição Estadual | |
| | | | |
| Endereço | | | |
| | | | |
| Cidade | | Estado | |
| | | | |
| CEP | Telefone | E-mail institucional | |
| | | | |

2. LISTA DE VERIFICAÇÃO

| Item | ATENDIDO | NÃO ATENDIDO | NÃO APLICÁVEL |
|---|----------|--------------|---------------|
| Os recursos humanos e materiais foram preparados para a continuidade do negócio por parte da Administração? | | | |
| A contratada entregou as versões finais dos produtos e a documentação? | | | |
| Houve a transferência final de conhecimentos sobre a execução e manutenção da solução? | | | |
| A contratada devolveu os recursos que foram oferecidos para operacionalizar o contrato? | | | |
| Foram revogados os perfis de acesso dos funcionários da contratada? | | | |
| Foram eliminadas as caixas postais que foram oferecidas à contratada? | | | |
| <outras que se apliquem ao objeto da contratação> | | | |
| ... | | | |

3. DO ENCERRAMENTO

Por este instrumento, as partes abaixo identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:

O presente contrato está sendo encerrado por motivo de **<motivo>**.

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes do Contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no parágrafo a seguir.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- I. As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;
- II. As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
- III. A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;
- IV. **<inserir pendências, se houver>**.

E assim, tendo lido e concordado com todos os seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

Cidade/UF, ____ de ____ de ____.

PELA CONTRATANTE:

(assinado eletronicamente)
<Autoridade Competente da Área Administrativa>
Matrícula SIAPE **<Nº da matrícula>**

PELA CONTRATADA:

(assinado eletronicamente)
<Nome do Representante Legal da Contratada>
CPF:
Preposto da Contratada

----- FIM DO APÊNDICE "J" -----